

A oposição ideológica à estatização

Agora, a denúncia parte de dentro do próprio governo e ninguém poderá alegar que contém qualquer laivo de suspeição: Francisco Gros, do BNDES, responsável, como diretor, pela privatização de empresas no âmbito daquela instituição, declarou, alto e bom som, que a venda de estatais a particulares esbarra não só na resistência de funcionários do segundo escalão administrativo, mas também na "oposição ideológica" de grupos de esquerda, que pregam o fortalecimento das já onipotentes sociedades de economia mista. Não basta a evidência de que são elas, nestes dias, o algoz do Brasil; ao que tudo indica, torna-se indispensável que a vítima acabe de sucumbir, com a socialização da economia, para que essa esquerda, atuante e influente, enquistada no poder público, se dê por satisfeita. Desagrada-lhe, evidentemente, a comparação da produtividade da iniciativa privada com a improdutividade do setor estatal. O remédio, do ponto de vista da esquerda malsinada, há de ser um só: exterminar o inimigo e entregar tudo a Leviatã. Então, de envolta com a liberdade de empreender, à qual o País deve o estágio de desenvolvimento em que se encontra, perecerão

as mais caras franquias democráticas, pois onde a *nomenklatura* impera ninguém diverge — e, se divergir, será atropelado e esmagado sem contemplação.

Chegou, pois, a hora da verdade. É agir ou reconhecer que a pressão do contingente que reza pela cartilha da ideologia é decisiva e nada resta fazer para neutralizá-la, até pelo fato de não haver força que se lhe oponha, igual mas de sinal contrário. As palavras do diretor do BNDES expressam a realidade de que se dava conta, ontem, nestas Notas, com a menção à irritação do presidente da República, ao constatar que até o ministro do Planejamento, cujas posições aliás sempre foram bastante conhecidas, pelo menos faz vista grossa a essa operação de retardamento da entrega de empresas como Mafersa e Nova América ao setor privado — mesmo porque seria injusto impor ao Erário (isto é, ao contribuinte) novos ônus para sustentá-las.

Para qualquer de bom senso já bastaria os que foram contabilizados, de resto nada insignificantes.

Seria conveniente acrescentar ainda que, nesse assunto, não cabe fazer média, como vem sucedendo

repetidamente na Novíssima República. É indispensável, sim, chegar a uma opção, que consiste em atender à esquerda que anseia pelo capitalismo de Estado, com a liquidação do que ainda existe por aí como remanescente do mercado, ou atender às aspirações da imensa maioria do povo brasileiro, que sabe bem ou intui fortemente que a democracia política depende da democracia econômica. Esta, de outro lado, pressupõe a observância estrita do mandamento constitucional escandalosamente descumprido, o qual estabelece que o poder público só deverá atuar no domínio econômico em caráter excepcional, supletivamente, ou gerindo iniciativas de infra-estrutura, que produzem resultados demorados, ou respondendo por aquelas ligadas diretamente à segurança nacional. Ora, o que se vê é a transgressão repetida desse princípio, na atuação do Estado industrial, do Estado comerciante, do Estado prestador de serviços, que escorraça a empresa particular e jamais lhe cede de volta o terreno que ocupou indevidamente. Eis a estratégia que se poderia definir como a da mancha de azeite, que só se amplia devagar e sempre, oferecendo a imagem da ação de con-

quistas político-militares do imperialismo, em todo tempo.

Registre-se que desde já o sr. Francisco Gros está com a cabeça posta a prêmio. A oligarquia dominante não sossegará enquanto não obtiver que seja apeado da função que exerce no serviço público. Afinal, ele praticou o crime de dizer a verdade, pôs o dedo na ferida. Quem sabe, um dia atitudes corajosas como a que adotou possam acarretar consequências práticas de todo indesejáveis aos parasitas do Tesouro, que abundam nas inúmeras empresas que ou nunca deveriam ter sido constituídas, ou nunca deveriam ter sido estatizadas ou que, estatizadas por motivos fortuitos, logo deveriam ter retornado às suas origens.

Reconheça-se que, na defesa da estatização, a esquerda não se desune e não se desunirá, qualquer que seja o matiz que a recubra, nas diversas encarnações de seus avatares, em que se distinguem a ortodoxa, a radical, a extremada, a disponível, a festiva, a pseudo-intelectual, de cunho marxista-acadêmico, a comunista, soviética ou cabocla, a socialista e a escocesa... agora a que se instalou gostosamente nos gabinetes de Brasília.